

# XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

## Patrimônio cultural: perspectiva integral e decolonial

José Roberto Severino<sup>1</sup> 

### RESUMO

O texto é uma breve reflexão sobre as transformações do conceito de patrimônio, procurando explorar principalmente a ideia de patrimônio integral. Aborda ainda algumas dimensões sobre a relação cidadania e patrimônio, com foco em formas de comunicar o patrimônio.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Patrimônio integral. Cidadania

A proposta é fazer uma breve reflexão sobre o patrimônio cultural e suas transformações semânticas. Patrimônio, mesmo sendo uma expressão latina, portanto da antiguidade, só ganha a configuração que conhecemos no romantismo, conforme Alois Riegl, ao definir a atribuição de valor e sua trajetória histórica para o patrimônio em seu texto *Culto moderno dos monumentos: a sua essência e origem*, de 1903. O autor se refere ao valor de antiguidade, o valor histórico, o valor volúvel de memória ou de comemoração – estes divididos em

<sup>1</sup> Professor associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, com experiência na área de História, especialmente em História e Teoria da Cultura e Políticas Culturais. Atua na Faculdade de Comunicação e no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. É pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e do Diversitas/USP. Dedicar-se a pesquisas e projetos de extensão em patrimônio cultural, produção cultural e audiovisual relacionados à memória social. Participa como membro da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e da Cátedra UNESCO Migrações e Fronteiras na UFSM. É também pesquisador da REC LAC - Rede de Cooperação Acadêmica para o PCI da América Latina e Caribe, do Grupo de Trabalho em Cultura e Políticas Culturais do CLACSO (Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais) e do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC). Além disso, está envolvido na Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil). Temas de Investigação: Mediação do patrimônio cultural; Produção cultural e audiovisual relacionadas à memória social; Políticas culturais e patrimônio; Ativismos culturais e ancestralidade; Políticas culturais em contextos migratórios; Gestão participativa da cultura; Audiovisual e memória. Desenvolve formação, pesquisa e extensão nessas áreas, contribuindo para a compreensão e valorização do patrimônio cultural e das políticas culturais no Brasil. E-mail: [betoseverino452@gmail.com](mailto:betoseverino452@gmail.com)



UESB



Colegiado do curso de

DANÇA



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

valor utilitário (ou de uso) e o valor de arte (Fabre, 2019; Françoise Choay, 2011). Este último, o valor de arte, dividido em valor de novidade e valor de arte relativo. Base de nossas reflexões sobre a atribuição de valor, tais definições nos ajudam a compreender como a sociedade brasileira vem lidando com o patrimônio cultural, ou melhor, como estamos lidando com o que se quer preservar, quem escolhe e como se escolhe, suas nuances, as intenções – sociais, mercantis, hierárquicas e seus desdobramentos –, as técnicas e as especialidades, em tempos marcados pela aceleração e pela conectividade.

Alguns desses debates encontram raiz em outros lugares, conforme nos apresenta Françoise Choay, em *Patrimônio em questão: antologia para um combate*, (2011), com “a preocupação com o campo lexical no qual operam o termo e conceito de patrimônio e as questões semânticas que ocultam os valores e os desafios de que nosso ambiente construído é portador”, uma preocupação de intelectuais na Europa, mas com particulares reformulações na França pós-revolução e no período Romântico. Naquele momento, o combate travado foi uma aproximação com o ambiente construído (Revolução Francesa), antigo (Antigo Regime), recente (ordem burguesa) e futuro (República). Que novas aproximações são possíveis? Conforme nos lembra a autora, Vitor Hugo escreveu sobre a sua preocupação com os vandalismos na França pós-revolucionária. Ou ainda, com as jornadas de Michelet no esforço de configuração do patrimônio do povo francês. O recorte está focado no patrimônio edificado e seus sentidos públicos. Foi somente com André Malraux (1959) que o Patrimônio foi adjetivado: patrimônio cultural. Estado e sociedade passam a ter papel relevante nas políticas culturais, com maior ou menor grau de participação e protagonismo, conforme as circunstâncias e os caminhos adotados: o modelo anglo-saxão, onde a sociedade civil tem maior peso, ou o modelo francês, em que o Estado é o protagonista principal. E mesmo que possamos falar em uma inflação do termo



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

patrimônio daí em diante, patrimônio passa ser um fato social, constituído de uma ordem jurídica própria, comunicável e engendrado em políticas públicas. Não apenas o patrimônio de uma elite, nem de marcadores nacionais estreitos e monocraticamente constituídos. Prevalece a ideia de universais culturais que permitam a emergência afirmativa da diferença e das singularidades situacionais.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realiza a Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, na qual vai amalgamar duas noções: monumento e monumento histórico, remetendo a um valor universal. Uma consagração lexical planetária: uma nova revolução cultural, mas carregando os problemas advindos deste esvaziamento do monumento memorial e do monumento histórico. Uma transformação que vai da ideia de Kultur à noção de civilização. Esta tensão entre o singular e o universal irá permanecer nas políticas e definições de patrimônio. Daí a necessidade de se pensar, como afirma Choay (2011, p.39), nos “combates e as estratégias a serem empregados não somente a fim de renovar diferenças obliteradas e desvalorizadas, mas sobretudo a fim de prosseguir no presente a invenção das particularidades espirituais e materiais que fundam a riqueza da humanidade”. A utilização ética de nossas heranças edificadas é um desafio na medida em que urge superar o etnocentrismo, a mercantilização desenfreada e dogmas que rondam o patrimônio edificado, nos alerta a autora.

Ao mesmo tempo em que a noção de patrimônio passou por ampliação em sua abrangência material, imaterial, intangível, integral e, por fim, cultural, o campo da memória experimenta outras questões referentes aos conceitos e práticas. O panorama de agendas inclusivas da diversidade, das variantes, das margens do Estado e das instituições convencionais parece fruto da reflexividade comentada por Giddens (1995). No caso específico das práticas patrimoniais, as



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

transformações apontadas pela historiografia recente sugerem uma profunda transformação de nosso regime de historicidade (Hartog, 2014). Ou seja, as concepções que dão sentido e inteligibilidade ao nosso conhecimento histórico em cada época. De certa forma, afetam o fazer dos especialistas, que precisam pensar/agir reflexivamente sobre três fenômenos. Como nos lembra Dussel:

(...)em 1974 iniciamos um "diálogo" intercontinental "Sul-Sul" entre os pensadores da África, Ásia e América Latina, cuja primeira reunião foi realizada em Dar Es Salaam (Tanzânia) em 1976. Esses encontros deram-nos um novo panorama sobre as grandes culturas da humanidade. (Dussel, 2016).

O primeiro deles seria a erosão das grandes narrativas históricas, que sustentavam o projeto de Estado-Nação eurocentrado. A imensidão de grupos, povos, identidades subsumidas nas narrativas nacionais que nos impedem de compreender a real face da diversidade. As críticas ao multiculturalismo limitado dos estados nacionais aprofundaram a exigência de transformações culturais nos primeiros anos do século XXI (ANDERSON, 1999). E emerge o papel do patrimônio nesta reconfiguração inclusiva, fruto da luta pelo reconhecimento (Rorty, 2002).

O segundo deles, o dever de memória articulado aos usos do passado e a fatos de grande circulação. Nessa concepção de pertencimento nem sempre coincidem os fatos e as noções de tradição e memória social. Em certos aspectos pode-se falar de luta por narrativas. Há ainda a perspectiva da ideologia nacional ou de classe e os usos legítimos do passado ou os imperativos coloniais que se assenhoram do patrimônio e de suas narrativas (Hobsbawn e Ranger, 1984).

Contudo vivemos um momento marcado pela ideia de conexão das histórias, que remete, por fim, a terceiro fenômeno, os deslocamentos em relação à percepção do tempo e do espaço, observados nas últimas décadas, causados



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

principalmente pela expansão da internet e das novas tecnologias de informação. Esta ambiência poderia produzir novos sentidos? Como pensar as noções, por exemplo de cosmopolitismo, acionando o ganense Kuame Appiah (1999), com a sua ideia de cosmopolitismo enraizado? Movimentar-se pelo planeta, pelo país, pelas regiões, sem perder os laços de ancestralidade, nem deixar de ter o respeito pelas raízes legadas, mas vivenciar os entre-lugares criados em novos territórios. Local e internacional ao mesmo tempo. Territórios conectados. Um desafio à diáspora dos povos.

Recuperar discussões sobre funções sociais instiga para um debate de ethos e das forças de atribuição de valor, poderes simbólicos e forças de gravidade hegemônicas da cultura e seus lugares de atuação social. Patrimônio como processo, diria Maria Cecília Londres Fonseca (2009), deve ser visto como uma prática social produtiva, que além do valor econômico, maior ou menor, carrega também o valor simbólico, marcado pela memória, pelo apego às territorialidades e identidades, além do valor político, com as lutas por hegemonia e direitos culturais.

Neste sentido, os processos de produção de memória coletiva que embasam as representações de formas de vida, arranjos identitários e seus lugares de perpetuação instituídos passam por constantes transformações. Sobre quais palcos dessas transformações estamos nos referindo? Museus, bibliotecas, arquivos, edificações, saberes e fazeres são todos monumentos da memória. A função social da memória materializa-se nesses lugares (LeGoff, 1994. P.423). Sendo a memória definida como:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LeGoff, 1994. p.477).



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Partindo das reflexões sobre as representações da memória em políticas culturais, concordamos com as tristes tradições apontadas por Rubim (2007), quando aponta as ausências, instabilidades e autoritarismo, que parecem compor a tônica das políticas no Brasil. Neste sentido, acompanhamos também a sugestão de uma definição de Anita Simis (2007), quando propõe que as políticas culturais devam se comportar como políticas públicas, com o aporte do Estado em suas três esferas federativas (no caso brasileiro – União, Estados e municípios) e a presença dos atores e agentes sociais dos processos em todas as etapas e âgoras de debate. Nesta perspectiva, torna-se fundamental o controle social e as agendas coletivas que contribuam para a realização da equidade no acesso aos bens culturais (Barros, 2011). Referimo-nos mais especificamente àquelas políticas que tratam do patrimônio cultural como bem comum, necessariamente diverso, mas profundamente desigual. E aqui reside uma primeira observação sobre o patrimônio em chave de leitura, que o vê em processo decolonial. Seu caráter público não está necessariamente pacificado. O universo patrimonial hegemônico reitera as desigualdades existentes na sociedade.

### Combates pela memória

O espaço da cidade é um palco de combates simbólicos. Praças com bustos de personagens destacados para representar o que se diz daquele lugar podem reproduzir representações contestáveis. Os exemplos de manifestações contra monumentos de personagens escravocratas<sup>2</sup> em praças e logradouros

<sup>2</sup> Os episódios de questionamento dos monumentos na Europa, EUA, a exemplo da Estátua do General Lee (1807-1870) em Charlottesville. Cidades nos Estados de Maryland e Kentucky removeram estátuas de confederados. Em Nashville, manifestantes pediram a remoção do busto de Nathan Bedford Forrest, general confederado e líder da Ku Klux Klan (grupo que prega a supremacia branca). Outros manifestantes derrubaram uma estátua confederada em Durham, na Carolina do Norte. Em 2016 nove foram removidas. Operários que ficaram responsáveis pela retirada de uma delas, em Nova Orleans, tiveram de recorrer à proteção da polícia para o caso de serem atacados. Em 2015, houve um movimento ao redor dos Estados Unidos para impedir



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

públicos vêm colocando o debate sobre o significado de manter tais monumentos ou substituí-los<sup>3</sup>. Os nomes das ruas apontam para o mesmo esforço de eleição das pessoas memoráveis. Procuramos entender os esforços na mediação das representações desses conflitos sugeridas nas escolhas acerca do patrimônio cultural, também efetivadas nos arquivos, museus, bibliotecas, centros culturais e nas ações de ativistas produtores de narrativas em contextos identitários. Mas isso daria um outro capítulo para nossa breve intervenção.

Seguimos nossa reflexão apontando para aquilo que Giddens (1999) nomeia de uma nova agenda para o século XXI baseada na reflexividade. Nesta direção, a ideia do passado não se restringe aos fatos como algo dado, mas também sobre as escolhas relacionadas sobre qual passado deve ser passível de preservação ou de sua reconstrução permanente. Os embates sobre a memória não são neutros ou isentos das tensões que produziram os próprios fatos em seu tempo. Neste sentido, existem lutas permanentes pela produção de espaços de memórias e de apagamento/esquecimento (Pollak, 1989). O Holocausto e as ditaduras são episódios deploráveis, mas que devem ser lembrados como forma de seguirmos em frente sem repeti-los. Memórias difíceis, sem dúvida. Mas precisamos também lidar para esquecer aquela dor imensurável que assola nossos corações pelas perdas e violências. Um delicado conflito permanente

---

bandeiras confederadas. (BBC News, 15 agosto 2017). No Brasil o monumento ao bandeirante Borba Gato foi incendiado.

<sup>3</sup> Cidade costeira de Bournemouth tinha previsto retirar uma estátua de Robert Baden-Powell (1857-1941) — fundador do movimento escotista e acusado de racismo, homofobia e vínculos com os nazistas. A Universidade de Liverpool anunciou que renomeará um prédio que atualmente leva o nome do ex-primeiro-ministro William Gladstone, devido a seus vínculos com o tráfico de escravizados. No leste de Londres retiraram do distrito de Docklands uma estátua de Robert Milligan, cuja família era proprietária de plantações de açúcar na Jamaica. Uma efígie de Cristóvão Colombo foi arrancada e jogada em um lago na terça em Richmond, nos Estados Unidos, e outra foi vandalizada no centro de Miami, coberta com tinta vermelha e mensagens que diziam "Nossas ruas", "Black Lives Matter" (Vidas Negras Importam) e "George Floyd". Por France Presse 11/06/2020.



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

quando se trata de memórias traumáticas. Claro que em ambientes democráticos essas tensões e conflitos são mediados por atores em pé de igualdade, ou pelo menos capazes de interferir nos processos decisórios.

Uma infinidade de possibilidades das dimensões de memória se apresenta: no ensino, nos museus, nos espaços públicos de memória (monumentos), bibliotecas e arquivos, nos fóruns de debate, nas academias. A emergência de práticas de registro e compartilhamento a partir do audiovisual e das formas digitais amplia as possibilidades de dizer de si, de denúncia dos silenciamentos forçados, das ações de intolerância – religiosa, étnica, sexuais e culturais, mas também das afirmações da diferença, do poder ser visto em outras chaves narrativas. As narrativas hegemônicas não são naturalizadas ou deixadas sós em suas presenças massivas, mas contrapostas pelos ativistas, atores sociais e ações que visibilizam as cosmovisões não-hegemônicas, produtoras de novos núcleos de análise, em um quadro teórico que possibilite pensar sobre as concepções de tempo e suas narrativas a partir de outras discussões de identidades coletivas e individuais.

Aqui o patrimônio ganha uma importância outra, e cabem algumas considerações sobre o debate das políticas culturais inclusivas, democratizantes dos processos decisórios de gestão, curadoria e fomento, bem como o aprofundamento das dinâmicas participativas nas instituições e instâncias do estado ou fora dele. Cabe pensar o imaginário e as concepções do mundo, do tempo mítico, e da noção de acontecimento, pondo em perspectiva as metanarrativas do contemporâneo e o pretense espírito do mundo, conforme nos ensina Muniz Sodré, 2002.

Emerge disso um panorama em que nos deparamos com narrativas em combate, que nos leva a perguntar sobre os aspectos pulsantes da vida em uma sociedade pós-tradicional, nas palavras de Giddens (2012). De um lado a



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de  
**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

internacionalização das possibilidades, encontro de povos e cosmovisões e do outro o choque impositivo das tradições reivindicadas como exclusivas e imperativas. De que maneira o patrimônio pode contribuir para a cultura ser pensada como esse campo de disputa por pautas integradoras e de combate ao pensamento intolerante? Qual o lugar do patrimônio nos sonhos e nos processos de criação para um horizonte de compartilhamento de visões de mundo em ambiências de conflito?

### O lugar dos intelectuais

Em seu texto *A elegia de abril*, de 1941, Mário de Andrade, citando Goethe, aponta que é necessário superarmos o estado de coisas que produz a imobilidade, o sem sal da normalidade subserviente dos intelectuais e seus escritos. Podemos citar ainda a reunião realizada entre 22 e 26 de janeiro de 1945 em São Paulo, promovida pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), criada para lutar contra a censura e a ditadura, em prol da redemocratização do país. Em março de 1942, por iniciativa de escritores contrários ao regime instalado em 10 de novembro de 1937, foi fundada no Rio de Janeiro a ABDE. Entre seus fundadores figuravam os escritores Otávio Tarquínio de Sousa – primeiro presidente-, Sérgio Buarque de Holanda, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, do Rio de Janeiro; Sérgio Milliet, Mário Neme, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Abguar Bastos, Lourival Machado, Paulo Emílio Sales Gomes e Antônio Cândido de Melo e Sousa, de São Paulo, e Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Reinaldo Moura e Raul Riff, do Rio Grande do Sul.

Mário de Andrade, anos antes, e dentro do mesmo regime que manteve crítica permanente, havia concebido o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mais tarde Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com papel relevante nas primeiras políticas de patrimônio no Brasil. Uma



UESB  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

visão coletivizante da cultura e dessacralizada de patrimônio. Basta ver sua atuação no Departamento de Cultura de São Paulo (DCSP), ou na Missão de Pesquisas Folclóricas e seus escritos sobre o tema. Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei n. 378 e por meio do decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, respectivamente, foi criado e organizado o SPHAN. Considerado o momento fundador ou fase heróica do órgão, na década de 30 – tendo como seu principal dirigente Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1936-1967). O órgão talvez não tenha conseguido implementar todas as ideias de Mário de Andrade, mas certamente produziu o efeito de proteção, mesmo que mais preso à pedra e cal, ao patrimônio colonial e cristão católico em seu primeiro momento.

Pensando o patrimônio em processo, conforme sugere Maria Cecília Londres Fonseca (2009), podemos perceber um momento renovador ou fase moderna no órgão (1970-1980). A ditadura em crise reformula as políticas culturais. Intelectuais participam da fase intermediária, como Renato Soeiro (1967-1979), e com a ascensão de Aloísio Magalhães (figura carismática e agregadora, morto em 1982). Os modernistas são contraditos pelos novos padrões de engajamento, muitas vezes ambíguos, de intelectuais em aproximação com a ditadura vigente pós 1964. Contudo renovaram ao adotarem conceitos como *bem cultural e referência*, bem como, novos métodos de atuação. Vão atuar mais na memória do que na clássica visão de história, a exemplo do Centro Nacional de Referência Cultural- CNRC e Fundação Nacional Pró-Memória. Nos anos 80 ocorre uma aproximação da noção de patrimônio com a luta pela cidadania, ao mesmo tempo, um afastamento da visão canônica de arquitetura, ao incorporarem imigrantes, grupos étnicos, os aspectos da cultura popular, o universo industrial, as áreas de ocupação recente e a memória afro-brasileira.

As configurações atuais



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de  
**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Contemporaneamente o conceito de patrimônio, assim como o de cultura, se ampliou muito em seus contornos: patrimônio arquitetônico, arqueológico, etnológico, industrial, científico, técnico, imaterial, artístico, documental, bibliográfico, museográfico, linguístico, entre outros. Mas foi também apropriado por outras forças: "(...) termo polissêmico, adjetivado de inúmeras formas ao longo da história, envolvido em políticas públicas de memória, e superdimensionado na atualidade, capturado por modismos e pelo mercado" (Chuva, 2020, p.).

A partir da Constituição Federal de 1988, Artigo 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Neste sentido, as línguas e as cosmogonias dos povos originários ocupam lugar importante, os saberes e as formas de fazer, os lugares de memória e resistência. Assim como, o Colégio Central de Salvador, que foi um importante lugar de combate à Ditadura militar, ou ainda, a cultura brasileira em sua diversidade. Como estamos agora? Vivemos tempos sombrios. Hannah Arendt cunhou a expressão para falar dos horrores dos autoritarismos de seu tempo. Aquelas preocupações de Mário de Andrade, ou dos românticos descritos no início desta exposição, parecem nos alertar para os tempos sombrios que nos assombram. Dizia Mário: como podem intelectuais falarem de Hitler como quem fala de um objeto? Sem preocupações ou posicionamentos? Não é possível ser



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUL DA BAHIA



Colegiado do curso de  
**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

neutro frente ao fascismo ou ao nazismo. O sociólogo Maurice Halbwachs, escritor da *Memória Coletiva*, foi morto pelo nazismo. Assim como Marc Bloch, escritor do *Ofício do historiador*. O suicídio de Walter Benjamin, do *Narrador*, e tantos outros textos importantes sobre história e memória, se deu pouco antes de sua prisão na fuga do nazismo. Não é possível silenciar frente a atos autoritários. O preço pode ser alto.

O desmonte vivenciado no Brasil dos órgãos de patrimônio durante o governo Bolsonaro (2019-2022) e os ataques ao patrimônio cultural brasileiro relembram tempos de exceção e violência. Naquele contexto surgiram movimentos em defesa do patrimônio com esta preocupação. Alguns exemplos importantes, como o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, criado em Porto Alegre em 10 de outubro de 2019, que reuniu entidades da sociedade civil para fomentar a mobilização contra os ataques promovidos ao Iphan, à Fundação Palmares – e às políticas afirmativas –, à Funai – e aos povos originários –, ao Ibama – e às políticas ambientais e responsáveis –, à extinção do MinC. Enfim, aos ataques reiterados ao Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir de agosto de 2020, o Fórum passou também a se articular em Núcleos Estaduais, capilarizando sua mobilização.

Com este breve relato, procurei explorar os conceitos de patrimônio integrado ao social e territorial (patrimônio integral), de atribuição de valor e o papel do Estado, dos intelectuais e da sociedade civil na preservação do patrimônio cultural e dos direitos conexos. Resta a esperança na crença de que é preciso conhecer para preservar.

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. As promessas do Estado-nação para o início do século. In: HELLER, Agnes et. al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 155-170.



UESB  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

APPIAH, Kwame Anthony. Cultura, comunidade e cidadania. In: HELLER, Agnes [et al.]. **A Crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 219-250.

BARROS, José Márcio e ZIVIANI, Paula. O programa cultura viva e a diversidade cultural. In: BARBOSA, Frederico. **Pontos de cultura: olhares sobre o programa cultura viva**. Brasília: IPEA, 2011. P. 61-88.

CANCLINI, N. **Reconstruir políticas de inclusão na América Latina**. Uma base de dados para a cultura. Edições UNESCO Brasil. Brasília, 2003. p. 21-38. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>

CHAKRABARTY, Dipesh . Uma pequena historia de los estúdios subalternos. In: SANDOVAL, Pablo. (org.) **Repensando la subalternidade**. Miradas críticas. IEP: Lima, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6.ed. SãoPaulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2017.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG: FinoTraço,2011.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.). **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35.  
<https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

Dussel, E. Transmodernidade e interculturalidade:: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade E Estado**, 31(1), 51–73. 2016. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez.2019. ISSN- 2177-4129 [periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria](http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria)

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª. Ed. Rio de janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79 Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/228>

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: \_\_\_\_\_. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 2012. P. 89-166.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do**



UESB



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

**Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012. p. 91-112. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Patrimônio e presente. In:\_\_\_\_. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 193-260.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LeGOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994.

MARTIN-BARBERO; Jesus. Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades. In: HERSCHMANN, Michael. **Comunicação e História**. Interfaces e abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

MENESES, U. B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. 1. **Anais do I Fórum**. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RORTY, Richard. Acerca do etnocentrismo: uma réplica a Clifford Geertz. In: \_\_\_\_\_. **Objetivismo, relativismo e verdade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 271-280.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia**, n.13, 2007, p. 101-113. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.

SANT'ANNA, Marcia; QUEIROZ, Hermano (Orgs). **Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**. A norma de preservação de áreas urbanas. Salvador: Oiti Ed., 2015.

SIMIS, Anita. Políticas culturais como política pública. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2007, 3. **Anais do III ENECULT**, 2007. UFBA,



UESB



Colegiado do curso de

**DANÇA**



## XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Salvador-Bahia-Brasil.

SODRÉ, Muniz. Jogo como libertação. In: \_\_\_\_\_. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Salvador: Sec. de Cultura; Imago, 2002. p. 119- 166.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, n. 12, v.1, p. 237-248, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf>

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSHNIR, Karina (Orgs). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 13-28.

UNESCO. Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural.<https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/>



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO



Colegiado do curso de

**DANÇA**

